



DE SANTANA DAS ANTAS A ANÁPOLIS. UMA LENDA E UMA NARRATIVA.

EIXO TEMÁTICO: REGIMES DE VERACIDADE E HISTORICIDADE.

RESUMO

A narrativa histórica sobre a fundação de Anápolis ocorrida no final do século XIX é marcada por uma fusão de relatos memorialistas e documentos históricos, com destaque para a influência da religiosidade na formação da identidade local. Baseando-se principalmente em registros da Igreja Católica, os historiadores destacam a importância dos indivíduos, suas ações e crenças na construção da cidade. Este estudo visa analisar como essas narrativas, apoiadas principalmente em documentos da Igreja Católica, contribuíram para a construção de uma história local, abordando a importância das experiências pessoais e da oralidade, destacadas pelos autores memorialistas, na ausência de documentos oficiais. Embora as narrativas privilegiem aspectos religiosos, como a devoção a Santana, a análise crítica revelou nuances políticas e econômicas subjacentes, como a prática de fundar capelas para estabilizar a posse de terras e atrair população. A narrativa heroica também foi um tema recorrente, sendo os eventos religiosos considerados fundamentais para a fundação da cidade. A análise das narrativas aponta que a história de Anápolis pode ser considerada como um testemunho da interseção entre memória, identidade e poder, enfatizando a relevância de se questionar não somente os registros documentais, mas também o que pode ter sido silenciado ao longo do tempo. Compreende-se enfim que a contínua reescrita da história, guiada por uma dimensão crítica e historiográfica, pode contribuir para uma compreensão mais profunda e abrangente a respeito da formação histórica da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Anápolis; historiografia; urbanização; lenda; narrativa.

ABSTRACT

The historical narrative about the founding of Anápolis at the end of the 19th century is marked by a fusion of memoirist accounts and historical documents, with emphasis on the influence of religiosity in the formation of local identity. Based mainly on records from the Catholic Church, historians highlight the importance of individuals, their actions and beliefs in the construction of the city. This study aims to analyze how these narratives, supported mainly by documents from the Catholic Church, contributed to the construction of a local history, addressing the importance of personal experiences and orality, highlighted by memoirist authors, in the absence of official documents. Although the narratives privilege religious aspects, such as devotion to Santana, critical analysis revealed underlying political and economic nuances, such as the practice of founding chapels to stabilize land ownership and attract population. The heroic narrative was also a recurring theme, with religious events considered fundamental to the founding of the city. The analysis of the narratives points out that the history of Anápolis can be considered as a testimony to the intersection between memory, identity and power, emphasizing the relevance of questioning not only the documentary records, but also what may have been silenced over time. It is finally understood that the continuous rewriting of history, guided by a critical and historiographic dimension, can contribute to a deeper and more comprehensive understanding of the city's historical formation.

KEY-WORDS: Anápolis; historiography; urbanization; legend; narrative.

RESUMEN

La narrativa histórica sobre la fundación de Anápolis a finales del siglo XIX está marcada por una fusión de relatos memorísticos y documentos históricos, con énfasis en la influencia de la religiosidad en la formación de la identidad local. Basándose principalmente en registros de la Iglesia Católica, los historiadores destacan la importancia de los individuos, sus acciones y creencias en la construcción de la ciudad. Este estudio tiene como objetivo analizar cómo estas narrativas, sustentadas principalmente en documentos de la Iglesia católica, contribuyeron a la construcción de una historia local, abordando la importancia de las experiencias personales y la oralidad, destacadas por los autores de memorias, en ausencia de documentos oficiales. Aunque las narrativas privilegian los aspectos religiosos, como la devoción a Santana, el análisis crítico reveló matices políticos y económicos subyacentes, como la práctica de fundar capillas para estabilizar la propiedad de la tierra y atraer población. La narrativa heroica también fue un tema recurrente, y los acontecimientos religiosos se consideraron fundamentales para la fundación de la ciudad. El análisis de las narrativas señala que la historia de Anápolis puede ser considerada como un testimonio de la intersección entre memoria, identidad y poder, enfatizando la relevancia de cuestionar no sólo los registros documentales, sino también lo que pudo haber sido silenciado a lo largo del tiempo. Finalmente se entiende que la reescritura continua de la historia, guiada por una dimensión crítica e historiográfica, puede contribuir a una comprensión más profunda y comprensiva de la formación histórica de la ciudad.

PALABRAS CLAVE: Anápolis; historiografía; urbanización; leyenda; narrativa.

INTRODUÇÃO

A história da formação urbana de Anápolis, cidade localizada no interior de Goiás, que remonta ao final do século XIX é frequentemente narrada através de lentes que ressaltam não somente os eventos históricos, mas também as figuras heroicas e aspectos religiosos que permearam esse processo. No caso de Anápolis, a busca pela legitimação das suas origens e identidade atravessa narrativas complexas permeadas por elementos religiosos, culturais e sociais. Em meio às descrições e análises documentais observa-se um nítido entrelaçamento de ações individuais, da religiosidade e também dos próprios registros memorialísticos que contribuíram para a formação das narrativas da história local.

Os registros documentais desse período possuem origem predominante na Igreja Católica, sendo fontes de pesquisa para os estudiosos, sejam eles memorialistas, sejam pesquisadores acadêmicos, o que se explica, em parte, a ênfase nas descrições de cunho religioso que apresentam uma visão sobre a formação urbana de Anápolis. Documentos como registros de batismo, casamentos e enterros tornaram-se não somente fontes históricas, mas também pilares sobre os quais ergueram-se a maioria das narrativas sobre a origem da cidade.

No entanto, ao mergulharmos nas narrativas memorialistas, percebemos a existência de uma miscelânea de experiências pessoais e eventos testemunhados, onde a linha entre história e memória torna-se tênue. Autores como Filho (1938), Oliveira (1957), Borges (1975) e Ferreira (1979) destacam a importância das fontes pessoais e da oralidade na construção dessas narrativas, dada a falta de documentos oficiais, ressaltando assim a complexidade no processo de montar e recontar o passado.

Ao analisar as narrativas sobre a história da formação de Anápolis, somos confrontados com eventos, crenças e relações sociais que moldaram a identidade local, e que, no entanto, não são tratados pelos autores com a mesma profundidade. Essa questão torna-se então o objetivo deste trabalho. A leitura e a análise das descrições historiográficas sobre o recorte temporal que demarca a data oficial de fundação da cidade e o ano de sua emancipação (1870 a 1907) permite explorar diferentes facetas das narrativas, sendo essencial questionar não apenas o que foi registrado, mas também o que pode ter sido silenciado ou esquecido ao

longo do tempo. A história de Anápolis, assim como a de tantas outras cidades do interior, surgidas ao final do século XIX é um testemunho vivo da interseção entre memória, identidade e poder na construção do passado coletivo.

DESENVOLVIMENTO

A narrativa de uma história heroica permeia as descrições dos historiadores memorialistas a respeito dos eventos que levaram à fundação de Anápolis no final do século XIX. Se a decadência e o atraso foram as figuras utilizadas para as descrições marcantes dos viajantes em suas passagens pelo sertão goiano, tais como: Auguste de Saint-Hilaire, Francis Louis Nompar de Caumont la Force (Conde de Castelnau), Johann Emanuel Pohl, Leo Waibel, Oscar Leal e Raimundo José da Cunha Matos; os indivíduos, suas ações e sua religiosidade foram parte do foco das narrativas que se constituíram como base para a construção de uma interpretação coletiva a respeito da história local.

Os documentos provenientes da Igreja Católica foram parte dos materiais de pesquisa aos quais os autores tiveram acesso, cujos registros de Batismo, casamentos, enterros, tinham validade de fé pública e que nas pequenas localidades eram os poucos registros existentes, além dos documentos oficiais registrados na sede do arraial. A religião oficial do estado, durante o Império, era a católica e as igrejas possuíam fé pública, atuando como um departamento estatal, verdadeiros cartórios responsáveis pelo censo; obviamente a criação de novas capelas, povoados, arraiais, entre outros, passavam pela sua chancela, porém era o Estado que os criava. (Alves, 2012).

Esta questão explicaria o fato de que a maioria dos autores, referem-se à fundação da cidade e não à formação, demarcando assim um momento histórico, de conotação religiosa, havendo poucos relatos a respeito dos acontecimentos anteriores, trazendo naturalmente maior foco para o que ocorre a seguir.

Quando os historiadores falam em formação, referem-se não só às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em transformação e, portanto, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais. Numa

palavra, o registro da *formação* é a história propriamente dita, aí incluídas suas representações. (Chauí, 2000, p.6)

Ainda segundo Chauí (2000, p.6) diferentemente da formação, “a *fundação* se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido”.

Oliveira (1957), Borges (1975) e Ferreira (1979) nos prefácios das suas obras, comentam o fato de que anteriormente à 1870 a documentação referente ao Arraial das Antas, que posteriormente deu origem à Anápolis, seria rarefeita. Os registros dos cartórios de Meia Ponte e o Jornal A matutina Meiapontense seriam as duas fontes principais de informações, além das descrições feitas pelos viajantes europeus durante a sua passagem pela localidade durante o século XIX.

Os autores memorialistas têm a tendência de articularem dentro da sua narrativa, experiências pessoais e eventos que presenciaram. Diferentemente da narrativa histórica, a narrativa memorialística no fazer histórico destaca a importância da fonte pessoal e muitas vezes recorre à imaginação ao perfazer determinada descrição. Mesmo utilizando as fontes documentais como base de sustentação do discurso, o texto memorialista articula assim os eventos selecionados, não de maneira arbitrária, mas com uma escolha que é técnica, mas ao mesmo tempo pessoal.

Paul Ricouer (2007), afirma que existem três tipos de narrativas: as fictícias, as que retomam lembranças e as que representam o passado. Segundo o autor as narrativas que tendem a representar o passado receberão mais importância em contraponto com as outras duas, visto que oferecem uma falsa ilusão pois retratariam com veracidade algo que já ocorreu.

Para Ricouer (1988) a representação do passado histórico atravessaria a questão do discurso histórico, e assim como Certeau (2012), entende que há a implicação de uma relação com algo que está ausente. Nesse sentido, a historiografia teria algo de específico, no que se refere aos fatos que estão ausentes, outorgando à história a chancela de investigar as lacunas existentes e preenche-las, tornando possível compreender/interpretar o passado.

A atuação do historiador na tentativa de contribuir com o presente precisaria para registrar a escrita da história, segundo esses autores, utilizar um discurso que promoveria a organização daquilo que está faltante ou ausente. Ainda nesse sentido, para Certeau (2011), a escrita, aliada ao lugar social seria imprescindível a fim de que no presente seja possível compreender o passado. Entretanto, na impossibilidade de reconstruir de forma exata o passado, as imagens das lembranças sempre serão requisitadas para completar os traços apagados pelo tempo.

No caso de Anápolis, uma parte dos relatos presentes nas obras memorialistas são provenientes da história oral, cuja ausência de citações ou comprovações de datas ou eventos específicos provoca entre os autores divergências, principalmente porque a forma de coleta desses depoimentos e relatos não ocorreu de forma sistematizada; Ferreira (1979), por exemplo, comenta em suas referências que parte das informações coletadas teria vindo de pessoas fidedignas, não citando em as informações, nem quais pessoas seriam.

Proença (2021), comenta que a produção de conhecimento e saberes sobre o passado é anterior ao surgimento do lugar social nas Universidades, sendo a produção dos autores memorialistas anterior à profissionalização do ofício do historiográfico no Brasil. Afirma ainda que “assim como ocorre no âmbito da academia, a produção memorialista também possui suas regras próprias de validação, reconhecimento e controle”. Proença (2021).

A história narrada tornou-se hegemônica por muitas décadas, por ser a única, até o momento que foi confrontada com o que se entende dentro das Universidades por história crítica, que se apoia em documentos e é teoricamente fundamentada. Esses saberes do passado foram importantes para a construção da representação da história local, no entanto, também representaram a legitimação de um discurso vinculado a uma única tradição religiosa, e que até hoje é validado como fonte histórica.

Entende-se, portanto, que a contínua reescrita da história, que seria fruto da dimensão crítica de um conjunto de operações historiográficas, coopera, a cada nova interpretação, para aumentar o sentido da realidade pretérita (Mendes, 2015). Compreendendo-se essa questão e observando a maneira como a formação urbana de Anápolis é retratada nas obras, é que

sugere-se uma análise de dois pontos distintos desses discursos, nomeadas de Uma Lenda e Uma Narrativa apresentadas a seguir.

UMA LENDA

Lendas são narrativas orais que representam acontecimentos tidos como sobrenaturais ou sem explicação conhecida pela ciência. Possuem como característica principal a oralidade e por isto com o passar do tempo ganham novas versões e interpretações atuando na ressignificação do passado, que cada vez se torna mais distante.

As lendas podem ser consideradas elementos fundamentais na construção de uma identidade social, cultural, local e até mesmo religiosa de determinado grupo em determinado tempo e espaço, e que a partir destas é possível que o pesquisador descubra os mais diversos aspectos presentes em um passado a ser estudado. (Nascimento, 2022, p.1540).

A historiografia sobre a fundação de Anápolis, apresenta uma ocorrência no ano de 1859 tida como sobrenatural, narrada pela história oral e posteriormente registrada como um fato, segundo os historiadores durante o século XX. Pelas características do ocorrido, pode-se considera-lo como uma lenda.

O relato diz que a tropa da fazendeira Ana das Dores durante uma viagem entre Jaraguá e Bonfim¹ teria sido obrigada a pernoitar na Fazenda das Antas, visto que um dos animais que levava seus objetos pessoais teria se perdido. No dia seguinte a mula teria sido encontrada em uma mata, com as cangalhas caídas no chão; ao tentarem colocar as malas de volta ao animal os empregados não o conseguiram, pois segundo eles o peso de uma das malas era como o de uma rocha engastada no chão.

A mala conteria uma imagem de Nossa Senhora de Santana² e Ana das Dores teria compreendido, diante do ocorrido, que a imagem teria um desejo de ficar naquele local, prometendo destina-la à uma futura capela que ali deveria ser edificada (Filho, 1938, p.34).

¹ Após a Emancipação ocorrida em 1943 a cidade de Bomfim, passou a ser denominada como Silvânia.

² A imagem de Santana descrita no relato possui cerca de 400 gramas foi esculpida em madeira pelo artista goiano Joaquim da Veiga Vale (1806-1874) e faz parte do acervo de arte da Sacra da Diocese de Anápolis.

Após a promessa ser proferida, os empregados teriam conseguido carregar com facilidade a mala.

D. Ana das Dores, que abrindo a canastra onde se a achava a lendária imagem, mostrou aos habitantes da orla da mata e disse: Será a padroeira de uma grande cidade, sede de um rico e fértil município, cujo povo há de ser por E'la abençoado. – A profecia realizou-se. (Filho, 1938, p.34)

O relato da família de Ana das Dores, não possui fontes escritas conhecidas, seja em cartas ou por alguma obra datada da época, sendo tratado pelos autores memorialistas como uma fonte proveniente de uma narrativa oral. Sendo repassada entre as gerações, o acontecimento foi utilizado como narrativa principal para o início dos eventos que levariam a fundação e posterior emancipação de Anápolis.

Narrativas como essa não são difíceis de ser encontradas em Goiás. A religiosidade do povo sertanejo ensejou inúmeras manifestações e representações do imaginário. Com uma visão quase sempre mítica das origens de suas cidades, a memória dos habitantes de Goiás, saindo da mesmice da realidade sertaneja, criou enredos aformoseando de certa maneira as narrativas sobre a origem de alguns núcleos urbanos. (Pinheiro, 2003, p.53)

Gomes de Souza Ramos (1837-1889), filho de Ana das Dores, no ano de 1870 mudou-se de Bonfim (atualmente Silvânia) para a região do entorno do ribeirão das Antas. Em conjunto com fazendeiros e lavradores da região organizou um título particular de doação de terras que seriam destinadas ao patrimônio de Nossa Senhora Santana, termo esse assinado em 25 de abril de 1870.

O termo descrevia os limites das terras que compreenderiam atualmente à área localizada (figura 01) entre a Praça Bom Jesus, a baixada da Avenida Xavier de Almeida, as margens do córrego das Antas e Avenida Miguel João, em um quadrilátero (Alves, 2013). Esse evento foi considerado pelos autores memorialistas como o ato de fundação da cidade e Gomes de Souza, por ter sido o responsável pelo termo recebeu assim a alcunha de fundador.

Figura 01. Ilustração do Largo de Santana em 1888, de A. Nascimento.



Fonte. Museu Histórico de Anápolis, 2024.

O culto a Nossa Senhora de Santana, no entanto, não teria se iniciado na localidade, nesse momento específico. O culto teria sido trazido para a província de Goiás através de Bartolomeu Bueno da Silva Filho, que em 1727 fundou o arraial de Sant'anna, e posteriormente, construiu uma capela que foi destinada ao culto de Sant'anna. Existem outros arraiais em Goiás, anteriores ao Arraial das Antas, onde a consagração ao dia de Nossa Senhora Santana ocorria.

Em relação à realização do Culto no Arraial das Antas, França (1973) afirma que desde 1833 a festa em louvor a Santana já era realizada. Entretanto, Filho (1938) considera que a festa havia iniciado em 1860. Ferreira (1979) comenta que em 1870 já se festejava o dia de Nossa Senhora de Santana e Borges (1975) não apresentou na sua obra nenhum comentário específico sobre a festa em si.

Apesar da divergência das datas, todos os autores memorialistas concordam que antes já havia na localidade um culto de louvor a Santana, que não teria se iniciado após o episódio ocorrido em 1859, e que fazia parte da rotina dos moradores. A narrativa desse acontecimento, ao longo dos anos tornou-se uma lenda amplamente utilizada para explicar o surgimento da cidade e que precisa ser levada em consideração na leitura das narrativas memorialistas, visto que de maneira redutiva, todos os acontecimentos anteriores ao evento de 1859 perderiam importância.

A mudança de Souza Ramos para aquela localidade, segundo Oliveira (1957), Borges (1975) e Ferreira (1979), teria acontecido com a intenção de se construir a capela prometida por sua mãe, havendo destaque em quase todas as narrativas para esse fato em si. No entanto, o interesse pelo potencial comercial da localidade não é discutido por nenhum autor, nem tampouco as suas pretensões políticas.

A alcunha de fundador, dada a Gomes de Souza Ramos, é um reforço à lenda e seus esforços para a emancipação política local são considerados pelos autores memorialistas atos heroicos, na luta contra as elites locais, elementos que perfazem a construção de um mito fundador. É evidente que a atuação de Souza Ramos foi importante para a consolidação do Arraial das Antas e seu acelerado crescimento, mas a força da representação sobre a atuação de um indivíduo tornou-se fundamental para a construção de uma identidade local.

Os mitos são representações coletivas da realidade e cada momento histórico, seus elementos podem se reorganizar afim de explicar uma nova visão. No caso de Anápolis, o mito estaria ligado ao ato de fundação.

O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimenta-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente. (Chauí, 2000, p.7)

Durante o Brasil Imperial (1822-1889) as relações administrativas e políticas entre os agrupamentos populacionais, seguiam uma nomenclatura própria que considerava o ordenamento do território no âmbito da legislação vigente. Nas Províncias, de acordo com a sua divisão encontravam-se comarcas, cidades, vilas e arraiais. Por volta da década de 1870 Meia Ponte já havia sido elevada à categoria de cidade³, pois havia um núcleo de poder local e seus limites de povoação eram maiores do que de uma vila.

³ A elevação à condição de cidade, com a denominação de Meia Ponte, ocorreu pela lei provincial nº 3, de 02-08-1853. Em 1890, através do Decreto estadual nº 18, de 27-02-1890, o município de Meia Ponte passou então a denominar-se Pirenópolis.

Os pequenos arraiais, como era o caso da aglomeração das Antas, “não dispunham de independência administrativa e nem de um retrato econômico favorável, uma vez que estavam subjugados ao poder administrativo das *vilas* ou das *cidades* de que eram *distritos* e por isso não usufruíam de recursos financeiros próprios para o investimento local”. (De Paula *et al.*, 2016, p. 160)

Durante o século XVIII a criação de capelas foi uma prática comum de deliberação de fazendeiros, pois nos povoados onde havia uma capela rural, esse era um fato que gerava atração populacional. Andrade (2007) afirma que as capelas eram dotadas de um determinado patrimônio em terras e de rendimentos para a execução dos ofícios sagrados e funcionavam, então, como dispositivos de poder, através do qual os senhores, agentes de uma rede familiar e clientelista, obtinham privilégios e prestígio nas localidades, induzindo ou reforçando alianças.

A prática de fundar capelas era, portanto, uma estratégia de apropriação estável de terras, assim como acontecia no início dos arraiais de mineração, pois com a presença do capelão, era possível realizarem-se os batismos, casamentos, sepultamentos, sem que houvesse a necessidade de se percorrer muitas léguas.

Anápolis não nasceu da mineração. É provável que o garimpo tenha sido tentado no município sem resultado. Outros fatores concorreram para que Gomes de Souza Ramos construísse a capela e fundasse a freguesia de Santana das Antas, quando ele se mudou para a localidade, já encontrou pelo menos sete casas e já se festejava, em casa de Manoel Rodrigues da Silva, o dia de N.S. Santana. (Oliveira, 1957, p.15)

Ao obter a autorização para a construção da capela, pouco menos de um mês após a solicitação, Gomes de Souza Ramos demonstrou conseguir através da mobilização social que o seu intento fosse alcançado, tendo dado início às obras no ano de 1871, sendo que ao final desse ano houve a designação de um capelão para os ofícios. Ramos (2013) comenta que a importância da aprovação da Capela a ser construída pela Igreja Católica, pela Diocese de Meia Ponte, era devido ao fato de que sendo a religião oficial do Império, a Igreja Católica possuía fé pública; certidões de batismo equivaliam a certidões de nascimento, além de que a partir de 1851 a igreja passou também a fazer escrituras ou registro de terras.

A capela foi construída no centro de um largo e com a frente voltada para o córrego das Antas, seguindo a tradição de ocupação das cidades de mineração. A nova Igreja foi erguida no sentido perpendicular ao curso d'água, abrindo-se para uma pequena praça; o resto do terreno destinado à Igreja foi ocupado nas décadas seguintes, com a sede da paróquia, um colégio e outras instalações da diocese. (Vargas, 2015, p.32)

A origem da cidade em torno de uma devoção religiosa é dos elementos comuns entre núcleos urbanos surgidos do interior de Goiás e de Minas Gerais ao longo dos séculos XVII e XVIII, sendo a comunidade o fator principal de aglutinação e garantia de continuidade da ocupação do espaço.

Boaventura *et al.*, (2007) afirma que os arraiais de mineração surgidos na capitania de Goiás fariam parte de uma 'política' de ocupação do espaço da coroa portuguesa, seguindo às práticas de expansão ultramarina, sendo possível assim, relacionar a forma de ocupação do espaço dos arraiais que não surgiram através da mineração sob os mesmos preceitos.

É interessante observar o consenso dado pelos autores memorialistas na relevância ao evento de caráter religioso; mas tensões políticas e sociais da época não são apontadas como fatores importantes na construção da narrativa da fundação, sendo a aglomeração de casas existentes no local, além da constante passagem e pouso de tropeiros do Caminho dos Goiazes pouco citada.

UMA NARRATIVA

A inauguração da capela erigida em homenagem a Santana promoveu o início da atração populacional ao arraial. Polonial (2007) afirma que em 1871 havia 7 casas agrupadas nas proximidades da capela e que um ano após, esse número teria passado para 20. A tendência de crescimento manteve-se nos anos seguintes, fato que auxiliou os moradores a peticionarem em pouco tempo, a elevação do arraial para freguesia.

Gomes de Souza Ramos assumiu o papel de líder e em conjunto com o capelão, endereçou em maio de 1872 uma rogativa ao Governo Provincial, através de um abaixo assinado, descrevendo que haviam mais de '3 mil almas' na região que careciam de atendimento

espiritual, sendo que caso ocorresse, a instalação da Freguesia, daria autonomia religiosa a comunidade.

A contagem populacional descrita nessa carta sugere que o agrupamento social do aglomerado de casas extrapolava o entorno da capela e alcançava as fazendas e sítios da região, sem contabilizar ainda a população escrava, visto que a Igreja Católica não considerava que os escravos tivessem almas, e por isto, nos censos seus registros eram apresentados à parte.

Alves (2013, p.101) afirma que em 1872, Gomes de Souza Ramos enviou um documento ao presidente da Província propondo a delimitação da Freguesia, no qual constavam centenas de assinaturas dos moradores do arraial das Antas. A intenção além da elevação à Freguesia, era que a Capela se tornasse uma Paróquia. A Freguesia De Sant'ana das Antas foi criada através da Resolução Provincial nº 514, de 6 de agosto de 1873.

A localização estratégica da Freguesia teria sido o principal fator para o crescimento ocorrido ao longo da década de 1870. O Recenseamento Nacional feito em 1872⁴, registrou uma população de cerca de 8 mil habitantes, entre homens livres e escravos. Esse total contabilizava os moradores das casas no entorno da Capela e nas fazendas. É importante observar que os limites da freguesia eram bastante extensos, havendo, portanto, grande dispersão na ocupação do território, no entanto, desse total, cerca de 3 mil viveriam na região do Antas.

Com o aumento populacional surgiram demandas para que a localidade pudesse se organizar em vários aspectos. Os autores memorialistas descrevem que as questões principais dos requerimentos dos moradores à Câmara de Meia Ponte entre as décadas de 1870 e 1880 relacionavam-se à educação e a segurança, havendo solicitações constantes para abertura e manutenção dos grupos escolares.

⁴ Em 1870 foi autorizado o primeiro censo decenal do Império, sendo criado paralelamente a Diretoria Geral de Estatística, o primeiro sistema centralizado de levantamento estatístico do Brasil. Posteriormente estruturou-se o sistema Nacional de Estatística, até que em 1936 fosse criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

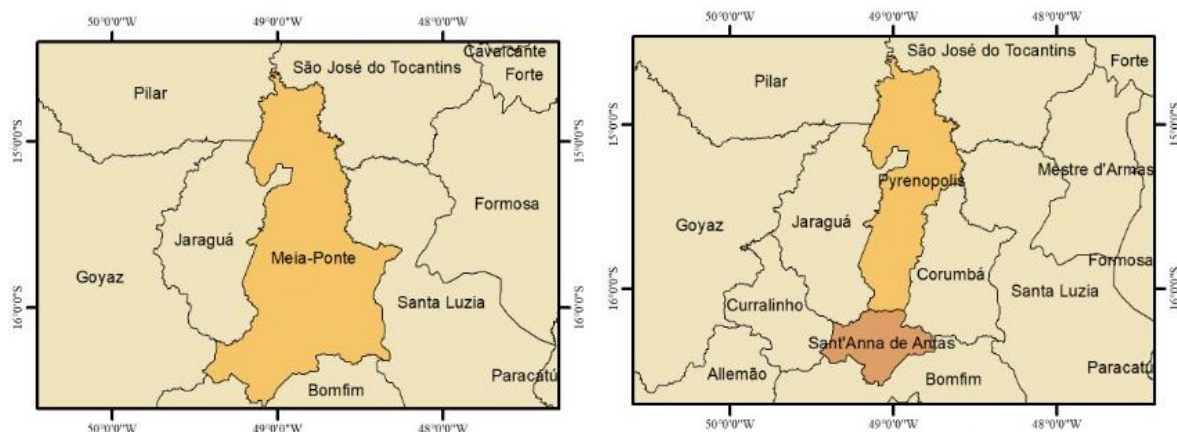
Outra demanda importante era a ausência de um cemitério local. Desde a construção da capela, os enterros na Freguesia das Antas eram executados nos arredores da mesma e a questão da inumação dos corpos tornava-se um problema, visto que os campos de sepultamento a céu aberto precisavam ser isolados dos animais e dentro das Igrejas, quando havia tal possibilidade, sepultavam-se apenas os fiéis que tinham condições morais e financeiras de reivindicar tal benefício.

A questão do cemitério dentro dos registros da historiografia de Anápolis possui um apontamento que carece de maiores esclarecimentos. Jayme (1987) aponta que no livro de óbitos nº 10 da Freguesia de Meia Ponte existe um registro de um sepultamento de uma escrava de nome Potência, ocorrido em 29 de agosto de 1798 no Cemitério de Antas, cuja localização exata é desconhecida pelo autor. Essa referência não é apresentada por nenhum dos outros autores memorialistas, fato que precisaria ser averiguado, visto que, essa citação à localidade é considerada como o primeiro registro histórico, anterior inclusive às descrições dos viajantes no início do século XIX.

O processo que culminou na elevação da categoria de Freguesia para Vila e sua consequente emancipação política em 1887 pode ser visto como uma conjunção de fatores, pois durante o final do século XIX, o êxodo das cidades de mineração, promovia uma atração populacional para as cidades do sudeste da Província, que estavam mais próximas com as Províncias de Minas Gerais e São Paulo.

Nesse cenário tendo ainda a participação de Gomes de Souza Ramos e Zeca Batista, outra figura que despontava no cenário político local, em 6 de outubro 1887 foi requisitada a criação da vila, cujo provimento foi atendido apenas dois meses depois, através da Lei Provincial nº 811, de 15 de dezembro de 1887, que autorizava a criação da Vila, mantendo a mesma denominação e limites (Figuras 02 e 03) Uma junta provisória foi nomeada para organizar administrativamente a Vila, até que pudessem ser realizadas as primeiras eleições (França, 1973)

Figuras 02 e 03. Limite territorial de Meia Ponte em 1872. E limite territorial de Pyrenópolis em 1900 e da Vila de Sant'anna das Antas, antes da emancipação em 1907.



Fonte. Autor, 2024.

Porém, de acordo com a legislação provincial, as vilas só poderiam ser instaladas quando houvesse a construção de uma cadeia pública, de uma casa de câmara e de uma escola de primeiras letras para o sexo masculino. A Resolução Provincial nº 517, de 1874, afirmava que a construção do edifício da escola seria subsidiada na quarta parte pelo Governo da Província e deveria ser pautada em princípios de higiene, simplicidade e economia.

Dentro das narrativas memorialistas a atuação dos políticos locais foi descrita de maneira ufanista, descrevendo-os como heróis, que enfrentaram o governo da Província para conseguir o seu intento, lutando contra a morosidade nas suas solicitações, e também por estarem sempre contando com o apoio financeiro de grande da população para a construção das edificações e execução de melhorias.

Entretanto, de acordo com Polonial (2007) a crise no Império durante o final da década de 1880, as mudanças sociais causada pela Abolição da escravatura em 1888, a transição entre a monarquia e a República em 1889⁵ e a baixa representatividade política dos moradores da Vila é que teriam sido os fatores responsáveis pelo atraso na sua constituição efetiva. Apesar dos grandes eventos históricos serem citados dentro das narrativas memorialistas, os cenários

⁵ Após a Proclamação da República em 1889, foram promulgadas novas constituições e as Províncias tiveram a sua categoria alterada para Estados. Na Constituição Federal de 1891 e na Constituição do Estado de Goiás também do mesmo ano, a categorização municipal manteve a mesma nomenclatura, dividindo os territórios dos municípios ainda em vilas e cidades.

regionais e nacional, quando levados em consideração para a descrição da história local, não possuíam tanto peso, quanto o cenário local dos arraiais e vilas.

Em 1891, antes da instalação definitiva da Vila iniciou-se uma disputa territorial, uma vez que a Intendência Municipal de Pirenópolis alterou os limites de Santana das Antas reduzindo o seu território, que ainda não havia sido desmembrado oficialmente. Os dois distritos localizados entre as duas sedes tornaram-se alvo de disputas que se encerraram apenas no ano de 1905.

A categorização de uma *Vila* considerava a sua povoação principal como sede e as suas cercanias seriam tratadas como os *termos da vila*. Uma Vila também seria independente da administração da cidade, diferente de uma Freguesia, que não dispunha de recursos financeiros para investimentos locais. Sendo assim, a elevação de categoria traria maiores benefícios à população.

Esse episódio teria fortalecido a política local, uma vez que perder os distritos presentes nesse litígio seria prejudicial ao território da Vila. Alves (2013) afirma que o descontentamento dos moradores dos distritos⁶, em relação à administração feita pela Intendência de Pirenópolis foi peça chave na disputa. Mesmo tendo maior representatividade, em 1891 “o presidente do Estado decretou que a alteração territorial feita por Pirenópolis seria ilegal, devolvendo o território usurpado” (Alves, 2013, p. 111) tendo efetivação da Vila de Santana das Antas ocorrido em 10 de março de 1892, após serem cumpridas as exigências do governo estadual.

A organização efetiva da Vila, no entanto, só foi alcançada ao longo dos anos seguintes, com as eleições para intendente e conselheiros até a elaboração da primeira versão da Lei Orgânica, promulgada em 1º de maio de 1896.

Quando na passagem do historiador Oscar Leal (1862/1910) no ano de 1887, sua descrição permite compreender, em parte, a forma urbana como a Vila se estruturava. Leal (1980) registrou que “o clima é saudável e águas magníficas. No município há excelentes terras que

⁶ Nessa região se encontram atualmente os distritos de Souzaânia e Interlândia, que ainda fazem parte do território de Anápolis.

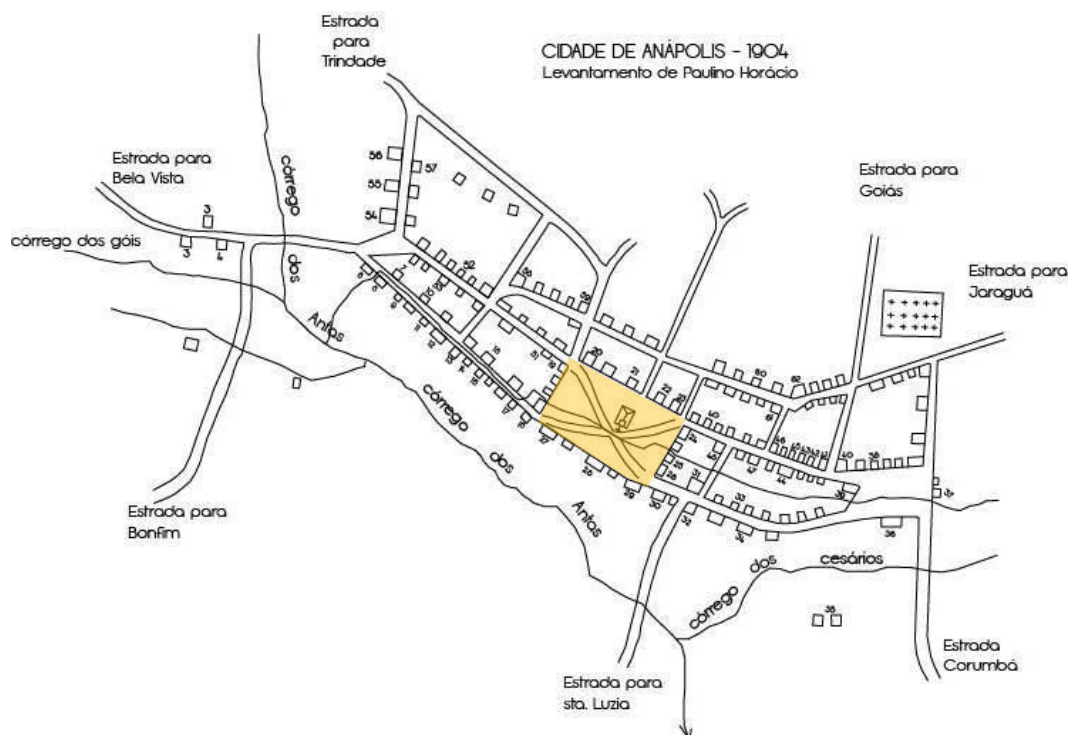
produzem o que se planta e onde existem bem boas plantações. A vila das Antas está a 900 metros sobre o nível do mar, o que assinala a salubridade do local”.

Antas!... Sepultada no meio do deserto, longe das grandes estradas que ligam a capital goiana às principais praças do sul do Estado a vila ou povoação das Antas, surge à vista do forasteiro, depois que se desce a chapada, em extenso vale [...]. Consta de duas ruas paralelas que atravessam o largo da matriz, a qual fica situada bem no centro da povoação.... Sua população, segundo os meus cálculos na falta de estatística, orça por uns 800 habitantes... Tem umas seis lojas de fazendas mal sortidas e algumas tabernas que vendem fumo, cachaça e mantimentos. (Leal, 1980)

O largo da Matriz a que o autor se refere seria o Largo de Santana, cuja localização se daria no centro da povoação. No entorno do Largo foram construídas as edificações necessárias para o funcionamento da vila, como a escola, a coletoria, e a casa de detenção. A primeira casa de detenção foi construída à semelhança de uma casa de câmara e cadeia no ano de 1905, tendo servido como também como intendência municipal até a construção de uma sede própria.

Data de 1902 o primeiro levantamento cadastral da Vila (figura 04), de autoria de Paulo Horácio Barbosa, em destaque, na porção central, o quadrilátero da área ocupada pela Matriz e o largo de Santana.

Figura 04. Levantamento Cadastral da Vila de Santana das Antas, de 1902/1904.



Fonte: Borges, (1975), adaptado pelo Autor, 2024.

A planta registra a conformação urbana existente de forma bastante detalhada, através da demarcação do traçado viário, dos lotes, dos cursos de d'água, trazendo a anotação dos nomes dos proprietários das casas, totalizando 63 residências. Esse levantamento encontra-se no Museu Histórico de Anápolis. Borges (1975) também apresenta no seu livro a planta cadastral da cidade, mas sua anotação registra a data de 1904.

Ao final da década de 1900 a movimentação política, na tentativa de emancipação definitiva da Vila, resultou no ano de 1907 na separação definitiva da Vila de Santana das Antas de Pirenópolis. A Lei nº 320 de 31 de julho de 1907, em artigo único elevava a Vila de Santana à categoria de cidade, com a atual denominação de Anápolis, revogando-se as disposições em contrário.

Nos primeiros anos do século XX, a cidade ainda se consolidava em sua emancipação política, apresentando à época “aspectos que traduziam a rusticidade dos meios de vida e o isolamento regional, imposto pelas distâncias, pela pobreza dos meios e vias de transporte”. (França, 1973).

Embora pudesse ser considerada autônoma em relação à Pirenópolis, a cidade de Anápolis encontraria desde o final do século XIX, no aumento populacional constante um desafio para as estruturas urbanas. O abastecimento de carne e a obtenção de água eram duas preocupações constantes, descritas pelos autores memorialistas. A construção de equipamentos públicos, tais como a cadeia municipal, o paço, a agência de correios e a coletoria se faziam necessárias para o funcionamento da administração municipal.

Diferentemente das cidades surgidas da mineração, que viram sua fonte econômica se exaurir, Anápolis surgiu de uma rota comercial, cuja ocupação ao se consolidar, tornou-se atrativa aos viajantes. Consequentemente ao longo das décadas, através dos esforços dos seus moradores que aproveitaram de sua localização geográfica, a cidade despertaria o interesse de outros comerciantes, conduzindo-a nas décadas seguintes para na transição de pequena Vila para o maior centro comercial do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da história de Goiás promoveu os bandeirantes e desbravadores heroicos que teriam se embrenhado pelos sertões de Goiás em busca de pistas sobre o ouro, havendo nas suas ações o pioneirismo, que durante a narrativa desbravadora perfazem o mito de fundação. Muitas cidades surgidas de arraiais de mineração consideram os fundadores aqueles que se destacaram na histórica como os heróis que as fundaram e depois garantiram a existência do local diante de todas as adversidades.

Entende-se que a necessidade de haver uma narrativa que demonstre a origem do lugar, carrega em si o sentimento da comunidade em busca de uma identidade local, registrando assim os acontecimentos e naturalmente a presença de um fundador. Realizando o percurso pela narrativa de 'fundação' percebe-se a necessidade da comunidade em executar a reconstrução de memórias na busca de soluções para os silêncios do passado. Ao demonstrar a origem de uma cidade, determinar um fundador, elencar os eventos e acontecimentos, forma-se uma identidade que marca enfim um enredo.

As narrativas dos viajantes e a ocorrência desses eventos ao longo do século XIX demonstram que a prática comercial e também a prática religiosa já existiam às margens do ribeirão das Antas antes da construção da capela e compreende-se que ao construir uma história de formação urbana de Anápolis seria preciso então levar em consideração a existência do povoado e sua relação com a origem da ocupação do território.

Compreende-se enfim que a religiosidade do sertanejo, através das narrativas dos autores memorialistas constituiu um hábito significativo para a solidificação da historiografia local e seu consequente desenvolvimento, e o mergulho no passado permitiu ao povo de Anápolis re(criar) a sua história, apoiando-se em algo que lhes auxiliou na construção de mecanismos de memória, permitindo assim se desvencilhar da tradição do ouro e de outros arraiais surgidos no século XVII e criar narrativas próprias para a formação de uma identidade e cultura local.

REFERÊNCIAS

ANÁPOLIS, Museu Histórico. Acervo Iconográfico. **Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”**. 2024. - revistas, jornais e fotografias.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.151-166, Jan/Jun 2007.

ALVES, Daniel Alves. De Sant’ana a Anápolis: A formação de um município. 97-119. 2013. **Caderno de Pesquisa Museu Histórico de Anápolis**. Goiânia: Kelps, 2013.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues.; BOAVENTURA, Caroline Rodrigues. Razão e sensibilidade no olhar de Saint-Hilaire sobre as cidades da província de goiás. **Revista Mirante, Anápolis (GO)**, v. 11, n. 8, dez. 2018.

BORGES, Humberto Crispim. **História de Anápolis**. Goiânia: Editora Cerne. 1975, 300p.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. **História e psicanálise entre ciência e ficção**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CHAUÍ, Marilene de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2000. 110p.

DE PAULA, Maria Helena; ALMEIDA, Mayara Aparecida R. de . Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologias das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. **(Con)textos Linguísticos** v. 10, p. 153-167, 2016.

FERREIRA, Haydée Jayme. **Anápolis, sua vida, seu povo**. Brasília. 1979. 437p.

FILHO, Francisco Lopes. Azeredo. **Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis**. São João da Boa Vista: Tipografia Artística A. Guarita & Cia, 1937.

FRANÇA, Maria de Sousa. A formação histórica da cidade de Anápolis e a sua área de influência regional. In: **Anais do VII Simpósio Nacional – ANPUH**: Belo Horizonte, 2 a 8 de setembro de 1973.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1872**, Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, s.d. [prov. 1875]. Relatório do Ministério dos Negócios do Império apresentado em 1870. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>>, acesso em mai de 2024.

JAYME, José Sisenando **Família Crispim de Sousa**. Anápolis: Editora Anapolina, 1987.

LEAL, Oscar. **Viagem às terras goianas (Brasil Central)**. Goiânia: Ed UFG. 1980 (coleção documentos goianos, 4).

MENDES, Bruno. A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa, verdade. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 8, n. 19, 2016. DOI: 10.15848/hh.v0i19.912. Disponível em: <https://historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/912>. Acesso em: 9 jun. 2024.

NASCIMENTO, Cícero Bruno Barros. Lugar de Memória: Os Mitos e as Lendas na Construção de Identidades. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, vol. 8, no. 3, mar. 2022, ISSN 2675-3375, doi: 10.51891/rease.v8i3.4737.

OLIVEIRA, João Luiz de. Subsídios à história de Anápolis. In: **Revista “A CINQUENTENÁRIA”**, Edição única em comemoração do jubileu da cidade de Anápolis (1907- 1957). Anápolis: S/e, 1957.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. **Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedade Agrárias) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás) 2003. 165fls.

POLONIAL, Juscelino Martins. **Introdução à história política de Anápolis (1819-2007)**. Goiânia: Kelps, 2007.

PROENÇA, Wander de Lara. O ensino de história na fronteira: entre a historiografia e o memorialismo - Londrina-PR, 1960-1980. In: **Encontro Estadual de Ensino de História. Ensino e aprendizado de história hoje, perspectivas de futuro em tempos distópicos**, 2021, Vitória da Conquista. Anais Eletrônicos Vitória da Conquista. Associação Nacional de História, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Disponível em: <<https://www.ensinodehistoria2021.bahia.anpuh.org/simposio/anais>>, acesso em mai 2024.

RAMOS, Eucarice de Souza. **História de Anápolis. Cidade de Ana: O começo**. Anápolis: Editora Kelps, 2013, 50p.

RICOUER, Paul. **Philosophie de la volonté: finitude et culpabilité**. Paris: Aubier, 1988. v.2.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

VARGAS, Lucas Gabriel Corrêa **As Representações Sociais do Progresso. Uma perspectiva a partir da chegada da Estrada de Ferro em Anápolis, GO**. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, 2015. 136fls.